

PODER E LIBERDADE NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

POWER AND FREEDOM IN THE AGE OF SURVEILLANCE CAPITALISM

Marco Antônio Sousa Alves¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os traços principais da nova civilização da informação, tal como exposto por Shoshana Zuboff no livro “A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder”, enfatizando algumas questões de fundo e a dimensão filosófica de suas reflexões. O foco do artigo está direcionado para as questões do poder e da liberdade, que são tradicionalmente colocadas no âmbito da filosofia política e da ética. Nesse sentido, aprofundaremos as análises de Zuboff acerca do emergente poder instrumentário e do behaviorismo radical. Um destaque será conferido às novas ameaças para a democracia e aos riscos trazidos para a liberdade humana detectados por Zuboff.

Palavras-chave: Shoshana Zuboff. Capitalismo de Vigilância. Poder Instrumentário. Behaviorismo Radical.

ABSTRACT

This article aims to present the main features of the new information civilization, as exposed by Shoshana Zuboff in her book "The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power", emphasizing some background issues and the philosophical dimension of her reflections. The focus is directed toward the questions of power and freedom, which are traditionally posed in the realm of political philosophy and ethics. In this sense, we will look further into Zuboff's analyses of the emerging instrumentarian power and radical behaviorism. An emphasis will be given to the new threats to democracy and the risks to human freedom detected by Zuboff.

Keywords: Shoshana Zuboff. Surveillance Capitalism. Instrumentarian Power. Radical Behaviorism.

¹ Professor Adjunto de Teoria e Filosofia do Direito e do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Filosofia pela UFMG, com estágio de pesquisa na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/Paris). Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Contato: marcofilosofia@ufmg.br.

INTRODUÇÃO

Ainda estamos longe de compreender plenamente os múltiplos impactos das novas tecnologias da informação e da comunicação em nossas vidas. Percebemos que o mundo mudou e que permanece mudando rapidamente. É cada vez mais evidente que as novas tecnologias da informação e da comunicação desempenham um papel importante em muitas dessas mudanças. Mas não sabemos ao certo que papel é esse, qual o alcance das mudanças em curso e para onde exatamente elas estão nos levando. Desde 2014, procuramos enfrentar essas questões em nossas pesquisas, por meio de um aprofundamento das implicações filosóficas dessas mudanças, em especial no domínio ético e político, ou seja, nos modos de subjetivação e nas relações de poder emergentes.²

Neste artigo, gostaríamos de explorar uma obra que veio a público originalmente em 2019, tendo sido traduzida e publicada no Brasil no ano seguinte com o título “A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder”, de autoria da filósofa e psicóloga social Shoshana Zuboff, professora emérita da Harvard Business School (ZUBOFF, 2020). Trata-se de uma obra de grande envergadura, com quase 800 páginas, que realiza uma descrição bastante detalhada da nova fase assumida pelo capitalismo com a emergência do atual ecossistema das grandes plataformas digitais. Boa parte do livro é voltada para a apresentação das bases do capitalismo de vigilância, partindo da Revolução Industrial até a ascensão da Google, com vários exemplos e análises de diferentes contextos históricos.

² Esses estudos foram conduzidos inicialmente no interior do Grupo de Estudos Internet e Filosofia, que coordenei na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG) entre 2014 e 2017, quando atuei como pesquisador de pós-doutorado (bolsista PNPd/CAPES) junto ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL/UFMG). A partir de 2017, a pesquisa teve continuidade no seio do Grupo SIGA (Sociedade da Informação e Governo Algorítmico), que coordeno ainda hoje na Faculdade de Direito da UFMG, bem como no projeto coletivo “Aspectos jurídicos, éticos e políticos das novas tecnociências: pessoa, neurodireito e tecnologias da informação e da comunicação”, do qual participo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UFMG).

No final dos anos 1980, Zuboff já havia investigado a introdução dos computadores no mundo do trabalho no livro “In the age of the smart machine: the future of work and power”, analisando as estratégias de gestão emergentes, as formas de comando e controle, bem como as novas divisões do trabalho e habilidades intelectuais demandadas (ZUBOFF, 1988). Vemos, assim, um antigo interesse da pesquisadora norte-americana pelas transformações observadas no seio do modo de produção capitalista em razão do aparecimento de novas tecnologias. Seu livro mais recente, sobre o capitalismo de vigilância, nasceu justamente de anos de pesquisa sobre os novos modelos de negócio colocados em prática no Vale do Silício, por meio de um amplo trabalho de campo, com análise de dados e diversas entrevistas com importantes atores desse meio.

Além disso, o trabalho da pensadora norte-americana coloca importantes questões de fundo e permite aprofundar algumas consequências desse processo, explorando temas propriamente filosóficos, como a emergência de novas relações de poder, de tipo instrumentário, e o comprometimento da liberdade e da autonomia humana, por meio de um conjunto de estratégias de modificação comportamental guiadas por um behaviorismo radical. Em suma, o capitalismo de vigilância é visto como uma ameaça em diversos níveis, especialmente no domínio político e ético, capaz de instaurar uma nova forma de dominação e uma espécie de controle com capacidade para moldar ou direcionar nossas condutas de uma maneira inédita.

O foco deste artigo está direcionado para essas questões de fundo, acerca do poder e da liberdade. Em um primeiro momento, apresentaremos o diagnóstico feito pela Zuboff sobre as transformações em curso, destacando os principais elementos de sua descrição do capitalismo de vigilância. Na sequência, aprofundaremos sua análise sobre o poder instrumentário e, por fim, os riscos à

liberdade humana. Nas considerações finais, apontaremos para o que pode ser feito para mudar o rumo dessa história, destacando aquelas que se apresentam como as grandes lutas de nosso tempo.

1. O NOVO MUNDO DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA

Zuboff (2020, p. 14) defende que as transformações em curso hoje não produzem apenas uma nova forma social e econômica, conhecida como uma “sociedade da informação”. Trata-se de uma mudança mais profunda, que possui uma dimensão existencial mais ampla, dando forma a uma emergente “civilização da informação”. Nesse ponto, a pensadora norte-americana se aproxima do filósofo italiano Luciano Floridi, professor de ética da informação em Oxford, que sustenta que vivemos uma profunda revolução em nossa percepção da realidade e de nós mesmos, de modo que as tecnologias da informação e da comunicação são responsáveis por um profundo processo de reontologização, fazendo emergir um novo mundo chamado de “infosfera” (FLORIDI, 2014).

O trabalho de Zuboff, contudo, enfatiza mais a nova forma assumida pelo capitalismo nos últimos anos, vista como uma rápida mutação e um projeto comercial voraz. Apesar de ressaltar o papel desempenhado pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, Zuboff (2020, p. 27) rejeita qualquer forma de determinismo tecnológico. O capitalismo de vigilância, em sua visão, nomeia uma lógica social e não se confunde com a tecnologia digital em si mesma ou seus meros impactos, concebidos como decorrências necessárias. Em outras palavras, são imperativos comerciais e não uma necessidade tecnológica que produzem o capitalismo de vigilância. Daí a importância de analisarmos as condições sociais e o

contexto cultural e econômico que fazem com que as novas tecnologias assumam determinada configuração e se prestem a certos usos.

Nesse ponto, o trabalho de Zuboff está afinado com os novos estudos de ciência e tecnologia que se dedicam às análises dos regimes de poder, das práticas e das materialidades que constituem os artefatos tecnológicos de nosso tempo (D'ANDREA, 2020). Isso porque esses estudos recusam toda forma de determinismo tecnológico e assumem como uma premissa fundamental que artefatos tecnológicos e práticas sociais se coproduzem. Os estudos de plataforma conduzidos nessa perspectiva crítica tendem a evitar o termo “impacto tecnológico”, chamando nossa atenção para as práticas sociais e os múltiplos modos de apropriação das novas tecnologias.

O capitalismo de vigilância, nos termos propostos por Zuboff (2020, p. 36), pode ser compreendido como uma nova lógica de acumulação, uma nova fase assumida pelo capitalismo, que tem na *big data* sua ferramenta fundamental. O segredo da acumulação de capital, em um mundo no qual somos cada vez mais visíveis e conhecíveis, está associado a uma vigilância em massa unilateral e à intervenção e modificação do comportamento humano. O funcionamento do capitalismo de vigilância tem, assim, duas bases fundamentais: o imperativo da extração, executado por meio de uma vigilância generalizada e exaustiva, e o imperativo de modificação comportamental, que envolve a elaboração de produtos preditivos (ZUBOFF, 2020, p. 231-237). A extração e a análise de grande volume de dados não têm por objetivo apenas conhecer o nosso comportamento, pois se trata também de direcioná-lo ou moldá-lo, de uma ação que se volta sobre nós mesmos, assumindo uma forma preditiva e, também, transformadora de nossas condutas.

Embora os dados extraídos e analisados pelas plataformas digitais sirvam de base para o oferecimento de diversos serviços personalizados, Zuboff (2020, p.

80-118) argumenta que há um mais-valor comportamental (*behavioral surplus*). Isso porque esses dados são utilizados, sobretudo, na fabricação de “produtos preditivos”, que são capazes de antecipar nossos comportamentos, gerando um novo mercado sobre nossas ações futuras. Nesse novo modelo de negócios, não somos os consumidores e nem propriamente os produtos à venda. Somos apenas a matéria prima. As partes desse negócio são as grandes plataformas e as empresas que negociam o comportamento futuro. São essas últimas que, de maneira mais direta, constituem os verdadeiros consumidores das plataformas.

Uma nova forma de manipulação e de controle sobre o comportamento humano torna-se possível em um mundo no qual nossas ações e interações são cada vez mais vigiadas, registradas, analisadas e utilizadas para os mais variados fins. Em suma, somos cada vez mais transparentes. Nosso perfil é meticulosamente construído a partir de todos os rastros que deixamos, tornando-nos mais expostos e facilmente manipuláveis. Tendemos a naturalizar cada vez mais a vigilância, como algo necessário, aceitável ou até mesmo desejável. Segundo Zuboff (2020, p. 291-292):

Sob o regime do capitalismo de vigilância, os indivíduos não renderizam sua experiência por escolha ou obrigação, e sim por ignorância e pela ditadura da falta de alternativas. O aparato ubíquo opera por meio da coerção e de um comportamento sub-reptício. Nosso progresso na vida necessariamente nos faz atravessar o universo digital, onde a renderização voluntária tem se tornado um fato inescapável.

Zuboff ressalta uma tendência a um cinismo resignado nesse aspecto, uma aceitação e até mesmo uma participação nas práticas de vigilância. Nesse aspecto, o diagnóstico da pesquisadora norte-americana vai ao encontro de diversos trabalhos no campo de estudos sobre a vigilância, que tendem a destacar como, contemporaneamente, a vigilância assume formas mais horizontais e participativas,

não apenas verticais e claramente impositivas. Nesse sentido, David Lyon (2018), ex-diretor do Centro de Estudos sobre a Vigilância (*Surveillance Studies Centre*) no Canadá e uma grande referência nesse campo, argumenta que a vigilância assumiu atualmente uma dimensão propriamente cultural, tornando-se parte de um novo “modo de vida” (*way of life*). Para além de uma “sociedade de vigilância” (*surveillance society*), vemos emergir, nos dias de hoje, uma “cultura da vigilância” (*culture of surveillance*). Não somos apenas vítimas de um Estado controlador ou de grandes corporações vigilantes, posto que participamos ativamente e estamos envolvidos em práticas difusas de vigilância no mundo atual. Na mesma linha, Bernard Harcourt (2015), professor da Columbia University em New York e da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris, destaca como nós mesmos nos exibimos no seio da emergente “sociedade de exposição” (*expository society*). Vivemos sob o imperativo do compartilhamento e cada vez mais vivenciamos a vigilância como algo natural e até mesmo benéfico.

Zuboff (2020, p. 242-245), aprofundando esse ponto, ressalta o papel dos eufemismos na naturalização da cultura da vigilância. Fica evidenciada aqui a dimensão ideológica do capitalismo de vigilância, sua retórica triunfante, que serve para encobrir e legitimar suas práticas. Fala-se em “coleta de dados”, como se nossos dados pessoais estivessem disponíveis, como se os rastros digitais que deixamos fossem frutos perdidos em uma floresta que qualquer um pode se servir à vontade. O mais adequado seria falar em “extração” ou “captura” de dados, sublinhando sua dimensão forçada, opaca e unilateral. Fala-se em lixo, resto ou sobras digitais (*digital exhaust, digital breadcrumbs, leftovers*), deixando novamente na sombra que estamos falando de dados pessoais, muitos deles sensíveis, que são extraídos ou tomados de modo unilateral, sem transparência ou consentimento, por meio de uma vigilância permanente. Fala-se ainda em

“personalização” ou “customização”, o que transmite a ideia de um direcionamento preciso e eficiente de informação a cada usuário. Assim, fica na sobra todos os filtros utilizados e o fato de que esse direcionamento personalizado de informação só é possível tendo por base uma extração em massa de dados pessoais. Por fim, fala-se em “produtos preditivos”, obscurecendo o fato de que estamos diante de práticas de condicionamento e manipulação comportamental.

Nesse ponto, podemos aproximar as considerações de Zuboff de outros trabalhos críticos em relação à retórica triunfante que subjaz e sustenta ideologicamente as novas práticas do capitalismo de vigilância. Nesse sentido, Nick Couldry e Ulises Mejias, ao analisarem a nova dinâmica do “colonialismo de dados” (*data colonialism*), observam na ideologia da conexão, da datificação e da personalização a emergência de uma nova narrativa que reproduz aspectos da dominação colonial (COULDRY & MEJIAS, 2019, p. 16-17). Merece destaque também, nesse campo de estudos, os trabalhos empreendidos pela pesquisadora da Universidade de Amsterdã José van Dijck sobre as bases ideológicas da datificação, fazendo com que tenhamos uma percepção mais positiva e pouco crítica de todo o novo ecossistema informacional (VAN DIJCK, 2014). Em uma obra coletiva, produzida em conjunto com outros colegas da escola crítica da tecnologia holandesa, sustenta-se uma íntima conexão entre as estratégias de datificação, mercantilização e filtragem dos dados com uma ideologia neoliberal de incentivo à desregulamentação, à invocação comercial e à privatização da esfera pública, com amplas e perigosas consequências para a construção de uma sociedade mais justa, respeitosa das diferenças e democrática (VAN DIJCK & POELL & DE WAAL, 2018, p. 31-48).

Após fixar, na primeira parte do livro, as bases do capitalismo de vigilância, Zuboff (2020) avança, nas partes seguintes, para duas questões de fundo: a

liberdade e o poder. Na introdução, ela se pergunta em que medida seremos capazes de chamar o mundo digital que estamos construindo de um novo lar (ZUBOFF, 2020, p. 13-16). Ela parece temer que não sejamos capazes de sentir-nos em casa e que vivamos como que exilados em um mundo estranho. Talvez nunca sejamos os mestres ou os senhores desse novo mundo, mas apenas objetos manipulados. Zuboff demonstra uma clara apreensão com relação às consequências do capitalismo de vigilância para as próximas gerações. A democracia e a própria existência humana estariam em risco.

2. A EMERGÊNCIA DO PODER INSTRUMENTÁRIO

A noção de poder instrumentário ou instrumentarianismo (*instrumentarianism*) é cunhada por Zuboff (2020, p. 427-450) como uma tentativa de descrever o novo modo de funcionamento do poder próprio ao capitalismo de vigilância contemporâneo. Ela rejeita a tendência de descrever o poder das plataformas como um “totalitarismo digital”, pois o novo modo de funcionamento do poder não teria precedentes e não seria compreendido adequadamente à luz das experiências totalitárias da primeira metade do século passado. Trata-se de uma forma de poder exercida por empresas como Google, Amazon e Facebook para moldar comportamentos em busca de predição, monetização e controle. Um novo esforço de compreensão precisa ser empreendido. Estamos, em suma, diante de algo novo, uma evolução do totalitarismo tal como experienciado na primeira metade do século XX no fascismo italiano, no nazismo alemão e no stalinismo soviético.

Enquanto o totalitarismo era um poder extremamente desumano e violento, até mesmo genocida, o poder instrumentário seria, aos olhos da pensadora norte-americana, não violento, uma espécie de *soft power* que opera mais

insidiosamente e positivamente, constituindo desejos (ZUBOFF, 2020, p. 448). Além disso, o totalitarismo operava uma lavagem cerebral por meio de uma propaganda de massa e de uma censura rigorosa, com o claro objetivo de moldar as mentes. O poder instrumentário, por outro lado, abandona essa via da reeducação e da conversão das almas dos seus dominados, voltando-se apenas para suas condutas. Somos levados da transformação das almas para a engenharia do comportamento (ZUBOFF, 2020, p. 427). O poder instrumentário é, na leitura de Zuboff, marcado por uma radical indiferença e voltado apenas para a modificação comportamental, por meio de expedientes mais sutis e eficientes, no seio de um behaviorismo radical.

O terror próprio ao regime totalitário não se faz mais necessário. Zuboff (2020, p. 429) sustenta que o poder instrumentário produz certeza e ganhos garantidos sem precisar reeducar e matar em larga escala. Trata-se, agora, de se apropriar do nosso comportamento, de oferecer os estímulos adequados para a produção das respostas desejadas. Mais do que forçados, somos conduzidos a agir de determinada maneira. Nossas ações reflexas não são percebidas, via de regra, como resultantes de uma imposição. Vivemos, assim, uma pseudoliberalidade, ou seja, uma falsa sensação de autonomia que nasce do desconhecimento dos *inputs* que direcionam nossos *outputs*.

Para exemplificar esse ponto, Zuboff (2020, p. 343-354) relembra os experimentos com emoções feitos pelo Facebook. Mais do que uma ação violenta, esses experimentos produzem um deslocamento da vontade. Trata-se de conduzir nossa ação de uma maneira mais insidiosa e eficiente, sem que tal direcionamento apareça para nós, sem que seja claramente visível ou perceptível. Assim, é nossa liberdade de agir e nossa autodeterminação que são atingidas e minadas em seus fundamentos.

Uma nova imagem é oferecida pela Zuboff (2020, p. 427-430) para representar esse tipo emergente de vigilância, controle e governo de nosso comportamento. Ao invés do Grande Irmão (*Big Brother*) totalitário, que vemos na distopia de George Orwell (2009), emerge algo novo: o Grande Outro (*Big Other*). Enquanto o primeiro é expressão de uma estrutura panóptica, que tudo vê de maneira exaustiva, agindo de forma repressiva contra todo e qualquer desvio ou transgressão, o segundo funciona em termos computacionais, reduzindo toda nossa experiência a dados, em um processo que Zuboff (2020, p. 268-292) chama de “renderização” (*rendition*), que tem, em na língua inglesa, também o sentido de rendição ou capitulação. Com base no conhecimento que esses dados oferecem, um complexo mecanismo de predição e modificação comportamental é colocado em funcionamento, capaz de moldar nossa ação de um modo bem mais insidioso e eficiente.

A indiferença radical do Grande Outro (*Big Other*) é visível no ponto de vista adotado, no qual todos somos reduzidos a Outros (*Other-Ones*), objetos manipuláveis, meros “organismos que se comportam” (ZUBOFF, 2020, p. 428). Pouco importa o que pensamos, mas sim como nos comportamos. Segundo Zuboff (2020, p. 430):

Nossa conformidade é irrelevante para o sucesso do instrumentalismo. Não há necessidade da submissão das massas a normas sociais, nem da perda do eu para um coletivo induzida por terror e compulsão, nem de ofertas de aceitação e pertencimento como uma recompensa para ser subjugado pelo grupo. Tudo isso é desbancado por uma ordem digital que prospera dentro de coisas e corpos, transformando vontade em reforço e ação em resposta condicionada.

Em suma, o instrumentalismo pode ser entendido como uma nova forma de governo, nos termos de Michel Foucault (2008). Ou seja, trata-se de uma nova

maneira de conduzir as condutas, uma estratégia que age sobre nosso comportamento, direcionando o curso de nossas ações. Somos governados menos por leis impositivas e mais por novos sistemas computacionais que conformam o ambiente no qual agimos, tornando determinadas ações muito prováveis e outras extremamente improváveis. Esse tipo de governo tende a ser mais insidioso e imperceptível, pois não assume uma forma claramente prescritiva, por meio de comandos e proibições explícitos. Trata-se, nos termos propostos por Thomas Berns (2020), professor de filosofia política da Universidade Livre de Bruxelas, de um “governo das relações”, que subverte a forma normativa do direito e, também, as tradicionais dominações ideológicas, capazes de manipular e conformar sujeitos dóceis, instaurando um novo tipo de governo de viés estritamente comportamental.

3. LIBERDADE EM RISCO: BEHAVIORISMO RADICAL

Somos cada vez mais dependentes das novas tecnologias da informação e da comunicação, cada vez mais vigiados e, em grande medida, cada vez mais moldados e direcionados em nossas condutas. Os novos imperativos econômicos que orientam o capitalismo de vigilância, quais sejam, a extração e a modificação comportamental, ameaçam colocar por terra direitos fundamentais e a própria autonomia individual. Assim como o capitalismo industrial representou uma ameaça ao meio-ambiente e à sobrevivência humana na Terra, o capitalismo de vigilância, na visão de Zuboff, seria uma ameaça à humanidade, à liberdade e à democracia.

Zuboff (2020, p. 474-499) observa como, por traz do capitalismo de vigilância, podemos entrever uma utopia behaviorista radical, nos termos imaginados por Skinner, que foi professor da jovem Shoshana Zuboff na Harvard University. O

sonho de Skinner, expresso em sua obra de ficção científica “Walden II”, caminha no sentido de que um avanço nas capacidades computacionais e um aperfeiçoamento da predição e do controle do comportamento humano permitiriam a emergência de um novo “conhecimento perfeito”, capaz de suplantar a política como meio de um novo processo mais racionalizado de tomada de decisão coletiva (SKINNER, 1972; ZUBOFF, 2020, p. 488). Assim, como observa Zuboff (2020, p. 490), “a computação substitui a vida política da comunidade como a base para governança”. Nessa utopia, a própria individualidade é sacrificada, sendo abolida a figura do sujeito autônomo, em nome de uma suposta inteligência coletiva. A pensadora norte-americana resume essa espécie de “sonho da colmeia” nos seguintes termos: “A entrega do indivíduo à manipulação por parte dos planejadores abre caminho para um futuro seguro e próspero construído a partir do abandono da liberdade em troca do conhecimento” (ZUBOFF, 2020, p. 495).

Conhecer e controlar o futuro é, devemos reconhecer, um velho sonho da humanidade. Sonho que é insistentemente reavivado, desde Tirésias e das predições oraculares, passando pela arte da adivinhação e dos presságios, pelo esoterismo e pela astrologia, até o cálculo de probabilidades e as técnicas de *big data*. O experimento mental conhecido como “demônio de Laplace” expressa a versão moderna dessa ambição: se estivermos de posse de todas as variáveis que determinam o estado presente, seria possível prever com absoluta precisão seu estado futuro (LAPLACE, 1825). Um sonho tentador, um querer-ser-Deus. Se realizado plenamente, esse conhecimento eliminaria a incerteza e seria capaz de direcionar as ações futuras. Sem incertezas e sem imprevisibilidade, poderíamos construir um mundo seguro e confortável.

Muitas inquietações acompanham o sonho desse novo mundo marcado pela certeza preditiva. Entre elas, destaca-se as múltiplas e graves ameaças que isso traz

aos nossos direitos fundamentais e à nossa liberdade. Afinal, se nossa experiência de trabalho, de lazer e de socialização é sempre mediada, precisamos nos perguntar sobre como essa mediação é feita. Trata-se de uma mediação neutra, transparente, respeitosa e inclusiva? Do contrário, se não for esse o caso, como tudo indica que não seja, ficamos cada vez mais dependentes de algo que pode se voltar contra nós, que é capaz de nos vigiar de maneira incessante e exaustiva, além de ter o poder de conformar o ambiente de nossas ações e nos manipular sem que sequer possamos perceber e, menos ainda, resistir.

Nasce, assim, uma nova forma de governo, entendido como um modo de nos conduzir, de nos levar a agir de determinada maneira. Não é nosso discernimento e nem nossas preferências que são visadas. O algoritmo, em suma, não quer nos convencer de nada. Não há argumentos. Não estamos no campo das razões. Sua estratégia é mais sutil, atuando por meio de estímulos e respostas, *inputs* e *outputs*. Não percebemos sua atuação e somos incapazes de formular conscientemente uma reação a esse tipo de direcionamento. Mais do que aquilo que dizemos ou do que aquilo que supomos acreditar, o governo dos algoritmos toma por base uma infinidade de dados, de pegadas ou rastros digitais que deixamos e que revelam muito sobre nosso padrão de comportamento. Além de nossos cliques, de nossos *posts*, ou daquilo que vemos ou compramos, captura-se também nossos deslocamentos, o movimento de nossa retina, nossas reações faciais, o tempo que nosso olhar se detém sobre uma imagem, entre muitos outros pequenos elementos que são reveladores sobre quem somos, o que gostamos e como nos comportamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de Shoshana Zuboff oferece muito mais do que uma inovadora e detalhada descrição da nova forma assumida pelo capitalismo na contemporaneidade. “A era do capitalismo de vigilância” é um livro que transcende o campo da economia, ou seja, o estudo da nova fase assumida pelo capitalismo, e vai além também de uma análise sociológica, acerca da nova experiência humana no mundo conectado e plataformizado. Trata-se de um livro que enfrenta questões de natureza filosófica e tem muito a contribuir para o diagnóstico e a reflexão crítica de nosso tempo. Suas análises do poder instrumentário e do behaviorismo radical exploram temas fundamentais da filosofia política e da ética, quais sejam, a emergência de um novo regime de poder e o comprometimento da liberdade e da autonomia humana em um mundo no qual nosso comportamento é tornado transparente e submetido a uma nova tecnologia de governo, capaz de conformar ambientes e direcionar de maneira eficaz e insidiosa as nossas ações.

Na base desse novo governo está uma incessante e exaustiva vigilância. Tudo, por mais insignificante que possa parecer, é digno de ser capturado, registrado, armazenado, explorado. Diversos dispositivos permitem ir fundo em nossa intimidade. O *smartphone* é uma espécie de novo confessionário, a quem revelamos tudo, até mesmo nossos desejos mais recônditos. Aquilo que temos vergonha de dizer a qualquer um, que guardamos para nós e que, muitas vezes, sequer somos capazes de formular conscientemente, entregamos a esses novos dispositivos e às plataformas que controlam esses ambientes. E é justamente porque nos confessamos incessantemente, que somos também “recompensados” com um serviço “customizado” ou “personalizado”, com resultados de busca relevantes ou

um *feed* de notícias feito sob medida para nós. Isso só é possível porque nos tornamos transparentes e estamos vulneráveis.

No fundo, todo conhecimento faz nascer algum novo poder e tende a ser acompanhado por certa inquietação. Saber demais é sempre algo perigoso. Quanto mais conhecermos nosso próprio comportamento, mais seremos capazes de direcioná-lo, de modificá-lo ou de formatá-lo. Paradoxalmente, o pleno conhecimento de nosso próprio agir (se é que isso é possível) coloca em risco nossa própria liberdade. Afinal, ao sabermos com precisão como agimos, somos capazes de antecipar e direcionar nossas condutas de modo a que percam sua espontaneidade e imprevisibilidade. Quando esse conhecimento é assimétrico, opaco, dominado por poucos, o cenário fica ainda mais sombrio e distópico. Um novo risco emerge e talvez devamos lutar, como propõe Zuboff (2020, p. 376-397), por um novo direito ao futuro.

REFERÊNCIAS

BERNS, Thomas. Tornar a revolta impossível. Tradução de Maria Cecília Pedreira de Almeida e Marco Antônio Sousa Alves. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, v. 8, n. 3, Brasília, dez. 2020, p. 29-37.

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. **The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism**. Stanford University Press, 2019.

D'ANDREA, Carlos. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: Edufba, 2020.

FLORIDI, Luciano. **The Fourth Revolution: How the Infosphere is Reshaping Human Reality**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARCOURT, Bernard. **Exposed:** desire and disobedience in the digital age. Harvard University Press, 2015.

LAPLACE, Pierre-Simon, Marquis de. **Essai philosophique sur les probabilités.** 5ème édition. Paris: Bachelier, successeur de Mme. Courcier, Libraire pour les Mathématiques, 1825. Disponível em : <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k96200351>. Acesso em: 25 fev. 2022.

LYON, David. **The culture of surveillance:** watching as a way of life. Polity Press, 2018.

ORWELL, George. **1984.** Tradução de Heloísa Jahn e Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Walden II:** uma sociedade do futuro. Tradução de Rachel Moreno e Nelson Raul Saraiva. São Paulo: Herder, 1972.

VAN DIJCK, José. Datafication, dataism and dataveillance: big data between scientific paradigm and ideology. **Surveillance & Society**, 12(2), p. 197-208, 2014.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society:** public values in a connective world. Oxford University Press, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **In the Age of the Smart Machine:** The Future of Work and Power. New York: Basic Books, 1988.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância:** a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.